J. Macêdo S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e	
consolidadas	18
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	23
Demonstração do resultado	24
Demonstração do resultado abrangente	25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	26
Demonstração dos fluxos de caixa	
Demonstração do valor adicionado	
Notas explicativas às demonstrações contábeis	
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis	
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	



Relatório da Administração 2021







Mensagem da Administração

O desempenho da J. Macêdo no ano de 2021 foi marcado por avanços consistentes, com excelentes resultados operacionais. Tivemos um desempenho robusto, com expressivo crescimento de receita, EBITDA e lucro líquido, amparado por uma gestão competente, focada na contínua busca pelo aumento de eficiência, excelência operacional e, acima de tudo, visando atender as expectativas do nosso maior ativo, que são nossos clientes e consumidores. Além disso, a solidez financeira foi determinante para a obtenção da lucratividade do ano, apesar do cenário adverso vivenciado em decorrência da Pandemia do Covid-19 no Brasil e no mundo.

A performance obtida pela Companhia demonstra a consolidação dos avanços conquistados com a estratégia de mudança na operacionalização do negócio, com o aumento de eficiência, redução de despesas e a valorização das marcas, o que resultou na obtenção de um EBITDA recorde de R\$ 259,7 milhões, o maior nos últimos 15 anos.

Para 2022, a Companhia continuará com rigoroso planejamento e execução, na busca da consolidação de resultados positivos e do crescimento sustentável. Estamos confiantes em nossa estratégia, na direção que estamos seguindo e na geração de valor de longo prazo. Produzimos alimentos que abastecem os lares de milhões de brasileiros. Saber que somos reconhecidos pela excelência na qualidade e segurança de alimentos, com a manutenção da Certificação Internacional FSSC 22.000 em nossas unidades produtivas de Fortaleza, São José dos Campos e Londrina, é motivo de muito orgulho para todos nós que fazemos parte desse time.

Ética, inovação, respeito pelas pessoas e compromisso com o negócio são alguns dos pilares que norteiam toda a nossa trajetória, são valores essenciais que nos fazem ser quem somos.

Com mais de 80 anos de história, reafirmamos nosso compromisso em empreender com ética, responsabilidade e com foco permanente no desenvolvimento social e no cuidado com o meio ambiente.

A J. Macêdo agradece a dedicação e empenho de seus profissionais, a confiança e o apoio dos acionistas, investidores, clientes e fornecedores, com os quais compartilhamos o mérito das conquistas alcançadas neste ano e esperamos celebrar ainda muitas vitórias nos anos que estão por vir.

José Honório Gonçalves de Tófoli Diretor Presidente







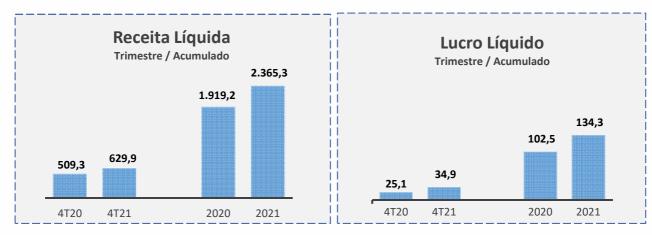


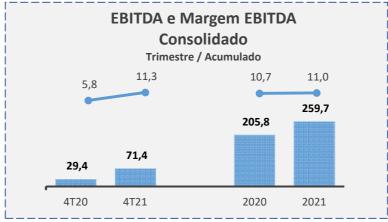




Destaques do período

- A receita líquida acumulada em 2021 foi de R\$ 2.365,3 milhões, um crescimento de 23,2% em relação ao ano de 2020. No quarto trimestre de 2021, atingimos R\$ 629,9 milhões, um acréscimo de 23,7% em relação ao quarto trimestre de 2020.
- Atingimos R\$ 550,7 milhões de lucro bruto no ano de 2021, 2,8% maior que os R\$ 535,9 milhões de 2020. No 4T21 atingimos R\$ 133,0 milhões, 1,6% inferior comparado ao mesmo período de 2020.
- Com crescimento de 26,2% em relação ao ano anterior, o EBITDA acumulado em 2021 atingiu R\$ 259,7 milhões. No quarto trimestre, o EBITDA foi de R\$ 71,4 milhões, superior 142,9% em relação ao mesmo trimestre de 2020.
- As despesas operacionais, no acumulado do ano, atingiram R\$ 349,1 milhões, uma redução de 10,1% comparado ao ano de 2020 (R\$ 388,5 milhões).
- O lucro líquido do ano atingiu os R\$ 134,3 milhões, um avanço de 31,0% quando comparado ao ano de 2020. No 4T21, o lucro líquido foi de R\$ 34,9 milhões, superior 39,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.

















Indicadores

	4T21	4T20	Var%	2021	2020	Var%
Volume de vendas (mil toneladas)	199,2	196,4	1,4	813,5	771,1	5,5
Receita bruta	719,5	580,9	23,9	2.691,5	2.192,6	22,8
Receita líquida	629,9	509,3	23,7	2.365,3	1.919,2	23,2
CPV	(496,9)	(374,2)	32,8	(1.814,6)	(1.383,3)	31,2
Lucro bruto	133,0	135,1	-1,6	550,7	535,9	2,8
Despesas com vendas	(69,6)	(66,4)	4,8	(260,6)	(266,4)	-2,2
Despesas gerais e administrativas	(16,0)	(20,9)	-23,4	(77,6)	(76,5)	1,4
Depreciação/amortização	(2,7)	(2,9)	-6,9	(11,1)	(13,2)	-15,9
Honorários da administração	(1,3)	(1,2)	8,3	(5,2)	(3,5)	48,6
Outras receitas (despesas)	13,2	(28,8)	-	5,4	(28,9)	-
Receitas (despesas) financeiras	(21,0)	2,5	-	(62,3)	(47,2)	32,0
Resultado de equivalência patrimonial	0,3	0,1	200,0	0,5	(0,1)	-
Lucro antes do IR/CSLL	35,9	17,5	105,1	139,8	100,1	39,7%
Imposto de renda e contribuição social	(1,1)	7,6	-	(5,5)	2,4	-
Lucro líquido	34,9	25,1	39,0	134,3	102,5	31,0
EBITDA	71,4	29,4	142,9	259,7	205,8	26,2
Margem bruta	21,1%	26,5%	-5,4 p.p.	23,3%	27,9%	-4,6 p.p.
Despesas com vendas	-11,0%	-13,0%	2,0 p.p.	-11,0%	-13,9%	2,9 p.p.
Despesas gerais e administrativas	-2,5%	-4,1%	1,6 p.p.	-3,3%	-4,0%	0,7 p.p.
Depreciação/amortização	-0,4%	-0,6%	0,2 p.p.	-0,5%	-0,7%	0,2 p.p.
Honorários da administração	-0,2%	-0,2%	-	-0,2%	-0,2%	-
Outras receitas (despesas)	2,1%	-5,7%	7,8 p.p	0,2%	-1,5%	1,7 p.p.
Margem líquida	5,5%	4,9%	0,6 p.p.	5,7%	5,3%	0,4 p.p.
Margem EBITDA	11,3%	5,8%	5,5 p.p.	11,0%	10,7%	0,3 p.p.













Destaques operacionais

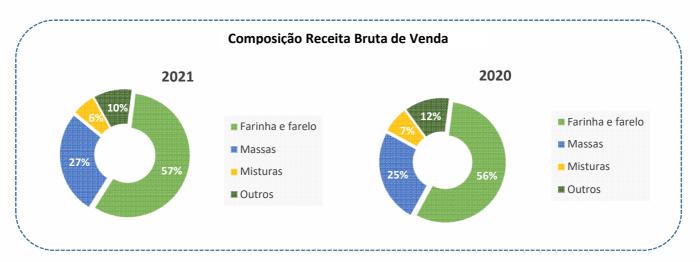
Impactos do COVID-19

A Companhia segue atuando de maneira preventiva, a fim de minimizar os efeitos desta pandemia com plena adoção pela Administração das medidas, orientações e diretrizes da Organização Mundial de Saúde e dos Ministérios da Saúde e do Trabalho, que têm se mostrado eficientes e permitido que a Companhia siga cumprindo sua missão de abastecer de alimentos básicos essenciais à população brasileira, com segurança aos seus colaboradores, terceiros e a todos os envolvidos no processo de distribuição.

Destaques econômico-financeiros

Desempenho das categorias

A companhia segrega a receita bruta em 4 grupos, evidenciando percentualmente o impacto das categorias na composição da receita histórica de 2021 e 2020.











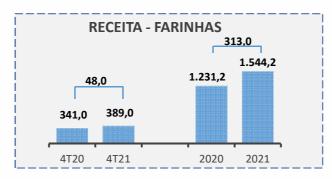




Farinhas e farelo

O preço médio por tonelada da categoria obteve um crescimento de 20,4%.

A receita bruta dessa categoria em 2021 foi de R\$ 1.544,2, um superávit de 25,4% em comparação aos R\$ 1.231,2 atingidos em 2020. No quarto trimestre atingiu o montante de R\$ 389,0 milhões, um avanço de 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 341,0 milhões.



O volume de farinhas no ano de 2021 superou em 3,1% o de 2020, atingindo 599,0 mil t (2020: 581,0 mil t). O volume faturado desta categoria no ano representa 73,6%, uma redução de 1,7 p.p. em relação ao ano de 2020. No quarto trimestre de 2021, o volume foi de 144,1 mil t, uma redução de 3,9% em relação ao 4T20.



Massas

O preço médio por tonelada da categoria obteve um crescimento de 13,1%.

A receita bruta dessa categoria no ano de 2021 foi de R\$ 717,5 milhões, um crescimento de 30,3% em comparação aos R\$ 550,7 milhões atingidos em 2020. No quarto trimestre, a receita bruta atingiu R\$ 199,4 milhões, um avanço de 40,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 141,7 milhões.



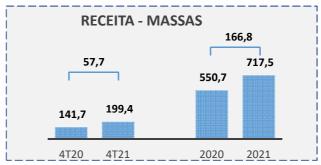




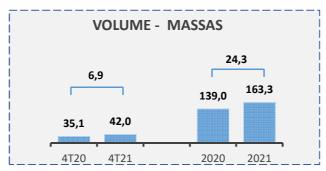








O volume acumulado em 2021 foi de 163,3 mil t, um crescimento de 17,5% comparado aos 139,0 mil t de 2020. O volume faturado desta categoria no ano de 2021 representa 20,1%, um aumento de 2,0 p.p. em relação ao ano de 2020. O volume faturado no quarto trimestre foi de 42,0 mil t, um aumento de 19,4% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 35,1 mil toneladas.



Outras categorias

A receita bruta da categoria de Misturas no ano de 2021 foi de R\$ 152,8 milhões, uma redução de 2,6% comparado ao ano de 2020. No quarto trimestre foi de R\$ 39,5 milhões, um acréscimo de 17,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior que atingiu R\$ 33,6 milhões. O volume no ano de 2021 atingiu 20,9 mil t, 12,2% menor que o ano de 2020. O volume faturado desta categoria no ano de 2021 representa 2,6%, 0,5 p.p. menor que 2020 com 3,1%. Mesmo com a redução no volume líquido faturado, o faturamento médio por tonelada obteve um crescimento de 9,8%.

A receita bruta para as categorias de Biscoitos, Sobremesas e Fermentos totalizou o montante de R\$ 273,1 milhões no ano de 2021, crescendo 9,8% comparado a 2020. O volume no ano, atingiu os 30,3 mil t, 10,8% maior que os 27,3 mil t atingidos no ano de 2020. O volume faturado destas categorias no ano de 2021 representa 3,7%, 0,2 p.p. maior que 2020 com 3,5%. O faturamento médio por tonelada das outras categorias se manteve estável, 0,2% maior, passando de R\$ 7.428 em 2020, para R\$ 7.441 por tonelada em 2021. O volume faturado destas categorias do quarto trimestre de 2021 foi de 8,1 mil t, um acréscimo de 32,4% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 6,1 mil toneladas.













Receita líquida / Volume

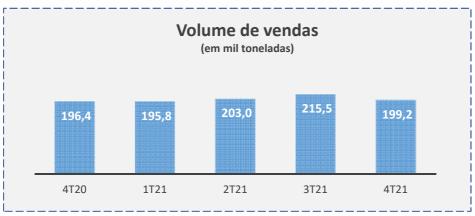
Com um crescimento de 23,2% em relação ao ano de 2020, a receita líquida da Companhia acumulada de 2021 foi de R\$ 2.365,3 milhões. O quarto trimestre de 2021 atingiu R\$ 629,9 milhões, 23,7% superior ao mesmo período do ano anterior.

O volume de venda líquido atingiu em 2021, 813,5 mil t, 5,5% maior que os 771,1 mil t do ano de 2020. O volume no quarto trimestre foi de 199,2 mil toneladas, 1,4% maior que no mesmo trimestre de 2020, com 196,4 mil toneladas.

	4T21	4T20	Var%	2021	2020	Var%
Faturamento líquido	629,9	509,3	23,7	2.365,3	1.919,2	23,2
Volume faturado líquido*	199,2	196,4	1,4	813,5	771,1	5,5
Preço Médio (R\$/ ton)	3.161,5	2.593,6	21,9	2.907,6	2.488,9	16,8

^{*} Em milhares de toneladas











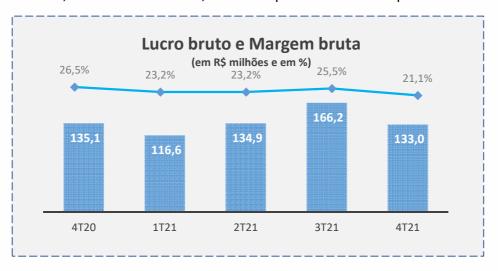






Lucro bruto

O Lucro bruto atingido no ano de 2021 foi de R\$ 550,7 milhões, um crescimento de 2,8% se comparado aos R\$ 535,9 milhões de 2020. No quarto trimestre de 2021, alcançamos o lucro bruto de R\$ 133,0 milhões, um decréscimo de 1,6% se comparado ao mesmo período de 2020.



Despesas operacionais

Em 2021, as despesas operacionais somaram R\$ 349,1 milhões, um decréscimo de 10,1% em comparação ao ano de 2020, que foi de R\$ 388,5 milhões. No quarto trimestre de 2021, as despesas operacionais atingiram R\$ 76,4 milhões, uma redução de 36,4% em comparação ao mesmo período do ano anterior, que foi R\$ 120,2 milhões.

As despesas operacionais têm uma representatividade de 14,8% sobre a receita líquida, uma redução de 5.5 p.p. em relação ao ano de 2020, que representava 20,2%. No 4T21 chegou a representar 12,1%, sendo 11,5 p.p. menor que os 23,6% atingidos no 4T20.

As despesas com vendas em 2021 reduziram em 2,2%, comparando os R\$ 260,6 milhões com os R\$ 266,4 milhões em 2020, em decorrência do ajuste no modelo de comercialização praticado. No quarto trimestre atingimos R\$ 69,6 milhões, maior 4,8% em relação ao 4T20.

As despesas gerais e administrativas de 2021 cresceram 1,4%, comparando os R\$ 77,6 milhões no ano com R\$ 76,5 milhões de 2020. No 4T21 atingimos R\$ 16,0 milhões, uma redução de 23,4% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 20,9 milhões.











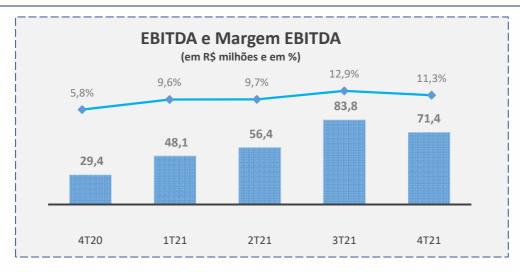




EBITDA

A Companhia encerra o ano de 2021 com R\$ 259,7 milhões de EBITDA, um crescimento de 26,2% ao comparar com os R\$ 205,8 milhões de 2020. No quarto trimestre de 2021, o EBITDA foi de R\$ 71,4 milhões, um crescimento de 142,9% em relação ao mesmo trimestre de 2020, que foi de R\$ 29,4 milhões.

Reconciliação do EBITDA	4T21	4T20	Var%	2021	2020	Var%
Lucro líquido do período	34,9	25,1	39,0	134,3	102,5	31,0
Depreciação e amortização	14,5	14,4	0,7	57,6	58,5	(1,5)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	1,0	(7,6)	-	5,5	(2,4)	-
Resultado financeiro líquido	21,0	(2,5)	-	62,3	47,2	32,0
EBITDA	71,4	29,4	142,9	259,7	205,8	26,2















Resultado financeiro líquido

O resultado financeiro líquido negativo em 2021 foi de R\$ 62,3 milhões, um acréscimo de 32,0% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 47,2 milhões. No quarto trimestre de 2021 alcançamos R\$ 21,0 milhões negativos, em função da elevação da taxa Selic durante o ano de 2021.

Resultado financeiro	4T21	4T20	Var%	2021	2020	Var%
Receitas financeiras	6,3	1,9	231,6	15,2	28,2	(46,1)
Despesas financeiras	(21,7)	(13,7)	58,4	(65,2)	(83,8)	(22,2)
Variações cambiais clientes/fornecedores	(3,9)	13,4	-	(10,9)	(13,6)	(19,9)
Ajuste a valor de mercado, líquido	(1,7)	0,9	-	(1,4)	22,0	-
Total	(21,0)	2,5	-	(62,3)	(47,2)	32,0

Endividamento

Em 2021 obtivemos uma redução de R\$ 127,7 milhões na dívida líquida, ao compararmos com o exercício de 2020.

Dívida líquida	4T21	4T20	Var%	3T21	Var%
Curto prazo	171,8	240,4	(28,5)	201,0	(14,5)
Empréstimos e financiamentos	94,7	235,6	(59,8)	122,9	(22,9)
Debêntures	77,1	4,8	1.506,3	78,1	(1,3)
Longo prazo	394,7	396,2	(0,4)	366,7	7,6
Empréstimos e financiamentos	84,8	239,3	(64,6)	287,1	(70,5)
Debêntures	309,9	156,9	97,5	79,6	289,3
Total endividamento	566,5	636,6	(11,0)	567,7	(0,2)
(-) Caixa	(140,8)	(82,5)	70,7	(172,6)	(18,4)
(-) Aplicação Financeira	(13,8)	(13,5)	2,2	(13,5)	2,2
(-) Instrumentos financeiros derivativos	1,0	-	-	(0,1)	(1.100,0)
Dívida líquida	412,9	540,6	(23,6)	381,5	8,2





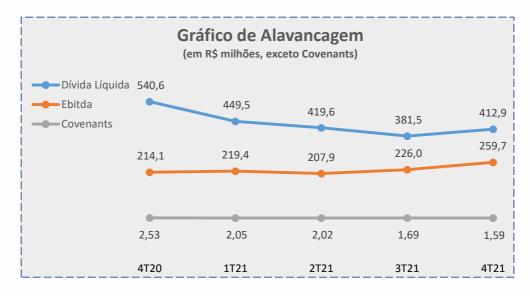






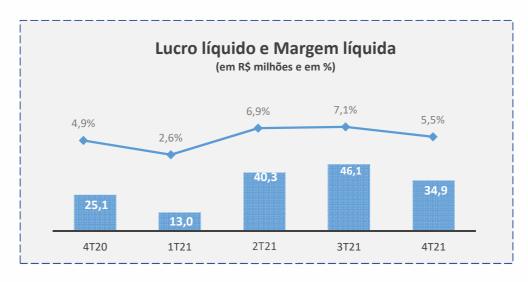


Encerramos o trimestre com um endividamento líquido de R\$ 412,9 milhões e relação de dívida líquida pelo EBITDA (últimos 12 meses) de 1,59, uma redução de 37,2% em relação ao 4T20, que representava 2,53.



Lucro líquido

O lucro líquido no ano foi de R\$ 134,3 milhões, representando um crescimento de 31,0% quando comparado ao ano de 2020, que foi de R\$ 102,5 milhões. No quarto trimestre de 2021 o avanço foi de 39,0%, atingindo os R\$ 34,9 milhões.















Desempenho do trigo

Os preços das commodities agrícolas em 2021 mantiveram o ciclo de alta iniciado no final de 2020. Uma demanda mundial firme, associada a baixos estoques de soja e milho e uma concentração e estoques de trigo na China e na Índia deixaram o abastecimento mundial de grãos dependente da confirmação de boas safras. Neste cenário, os preços de trigo mantiveram o ciclo de alta, com leve recuo no 2TRI quando a expectativa de safras recordes na Rússia, União Europeia e Estados Unidos pressionaram os preços. A retomada de alta nos preços do trigo no mercado mundial, sustentada pela combinação da não confirmação das condições ideais de safra no Black Sea, Estados Unidos e União Europeia, somado as intervenções dos governos, Russo e Argentino principalmente, regulando o fluxo de exportações, agravado com a quebra na safra de milho, levou o trigo em 2021 a atingir as maiores cotações dos últimos 12 anos. Nem as safras recordes do Hemisfério Sul apuradas no final do ano (Argentina, Austrália e Brasil) foram suficientes para reverter a tendência de alta. Tomando como base as cotações da Bolsa de Kansas (trigo panificável nos EUA) houve aumento de 35% nas cotações entre janeiro e dezembro de 2021, em um ambiente de alta volatilidade.

Outro fator crítico na formação de custos de moagem em 2021 foram os fretes marítimos, que entre janeiro e dezembro apresentaram alta de 200%, com a disponibilidade de navios reduzida pelas restrições operacionais das medidas sanitárias de prevenção da Covid-19 adotadas em todos os portos, aumentando o tempo das viagens e reduzindo a tonelagem dos navios disponíveis.

A Argentina segue como principal fornecedor do Brasil no ano de 2021. O Governo Argentino voltou a controlar o fluxo de exportações restringindo a liberação de Licenças de Exportação, o que provocou baixa nos preços internos da Argentina, mas sustentou os preços FOB na exportação. Com a alta dos fretes marítimos, diminuindo a competitividade da Argentina nos mercados da África e Ásia, o saldo disponível, mesmo com restrições, foi suficiente para atender a demanda do Brasil que praticamente não usou a quota com isenção de TEC de 750 mil t anuais para importações extra Mercosul.

Em 2021 os preços do trigo nacional voltaram a superar os recordes históricos quebrados no ano anterior. Apesar da boa safra 2020, que abasteceu o parque moageiro do Sul em parte do primeiro semestre, e de uma safra recorde colhida entre agosto-novembro. Os preços foram suportados por uma combinação de fatores: preços internacionais elevados, Real desvalorizado, liquidez da exportação e produtores capitalizados valorizando seus estoques. No primeiro semestre o volume remanescente da safra anterior não foi suficiente para o abastecimento dos moinhos do sul do Brasil, levando os moinhos locais a complementar o abastecimento até a chegada da nova safra com importação de trigo argentino e paraguaio.













É crescente a preocupação com sustentabilidade nos negócios e também com os impactos de mudanças no padrão do clima. Como consequência, temos assistido entidades multilaterais e Governos estabelecerem a adoção de medidas compensatórias e, especialmente, metas de redução de emissão de CO2. O cumprimento destas metas poderá afetar as cadeias de produção e suprimento, como no caso do frete marítimo, onde uma das razões da recente alta de preços, custo relevante na formação de preço do trigo importado e nos insumos da produção nacional, é a diminuição de encomendas de novos navios, pela incerteza sobre qual a fonte de energia a ser adotada nas embarcações nos próximos anos face as metas de redução de emissão de CO2. A produção agrícola depende de forma direta das condições de clima, sendo sensível ao excesso de chuva e calor que, fora das curvas normais, provocam expressivas reduções de oferta com grande impacto em preço e qualidade.

Se confirmadas as teorias de que os eventos climáticos passem a ser mais intensos nos próximos anos, poderemos ter impactos ainda não adequadamente mensurados no tamanho e localização das safras e, consequentemente, nos preços das commodities e no custo logístico. Por outro lado, o conjunto de tecnologias de produção agrícola procura aumentar a resistência das plantas a esses eventos e tem tido sucesso, como provam os sucessivos recordes na produção mundial de grãos. Até o momento, os impactos do clima na produção agrícola podem ser considerados como normais.

A Companhia mede a eficiência de suas compras de trigo comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Para trigo importado, 2/3 do volume total da Companhia, usamos como referência os números médios de importações no período, divulgados pelo Ministério da Economia (Comex Stat), e para trigo nacional o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercado. Os custos com trigo importado da Companhia foram 1,0% inferiores no quarto trimestre e 0,3% superiores no ano à média de mercado. No abastecimento de trigo nacional, as compras da Companhia no quarto trimestre foram 3,0% abaixo da média de mercado e no ano 2,2% menores.













Auditoria independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que, desde a contratação da PricewaterhouseCoopers ("PwC") como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31/12/2021. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 16/03/2022.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudança.











Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas J. Macêdo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J. Macêdo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da J. Macêdo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia J. Macêdo S.A. e da J. Macêdo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Em virtude da relevância das transações de venda, assim como elevado volume e pulverização, o reconhecimento das receitas, seja na sua totalidade, assim como o período de competência correto, de acordo com as práticas contábeis vigentes, foi esforços em nossa auditoria.

Em função desses aspectos, consideramos que o reconhecimento da receita, especialmente quanto a sua totalidade e ao seu correto período uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- (a) Entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificação, acompanhamento e contabilização das receitas de vendas;
- (b) Efetuamos o confronto das informações contidas no relatório analítico de receita, extraído do sistema de faturamento com a receita reconhecida no sistema contábil;
- (c) Através de base amostral, selecionamos transações de vendas ocorridas ao longo do exercício considerado um risco relevante que demandou mais de 2021 e inspecionamos os termos contratuais e/ou pedidos de clientes, e suas correspondentes obrigações de desempenho, assim como realização financeira subsequente;
 - (d) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, através de inspeção dos canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas; e
 - (e) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes em relação aos critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no período de competência correto nas demonstrações contábeis.



Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e
 consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as
 correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação
 adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 18 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

(atual denominação da PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes) CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha Contador CRC PE-020549/O-6

Balanço patrimonial Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Total do ativo

		Controladora		Consoli	dado
	Notas	2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes a caixa	4	94.553	63.014	140.836	82.471
Aplicações financeiras	5	13.762	13.544	13.762	13.544
Contas a receber de clientes	6	192.145	130.597	192.804	130.839
Estoques	7	288.437	184.794	286.803	164.612
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	113.635	108.915	113.977	108.929
Contas a receber de partes relacionadas	9	-	27.164	-	27.164
Despesas antecipadas		2.626	2.626	2.873	2.708
Outros créditos		21.308	5.744	20.314	4.184
Total do ativo circulante	•	726.466	536.398	771.369	534.451
Não circulante Realizável a longo prazo					
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	210	100.723	210	100.723
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	32.073	45.283	32.073	45.283
Outros créditos		7.229	8.425	7.234	8.433
Investimentos	11	12.720	13.262	3.760	3.779
Propriedades para investimentos	12	49.560	48.070	49.560	48.070
Imobilizado	13	756.236	778.237	758.963	781.092
Intangível	14	3.588	5.172	3.588	5.172
Total do ativo não circulante	-	861.616	999.172	855.388	992.552

		Controladora		Consol	idado
	Notas	2021	2020	2021	2020
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	15	233.838	121.347	278.849	118.800
Empréstimos e financiamentos		95.929	236.759	94.741	235.571
Com terceiros	17	94.741	235.571	94.741	235.571
Com partes relacionadas	9	1.188	1.188	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		23.744	18.423	23.824	18.555
Tributos a recolher	16	31.017	8.689	31.105	8.747
Debêntures	18	77.061	4.773	77.061	4.773
Financiamento de tributos		2.630	2.515	2.630	2.515
Arrendamentos mercantis	19	12.597	12.594	12.597	12.594
Dividendos a pagar	22	158	-	158	-
Instrumentos financeiros derivativos	28	1.044	_	1.044	-
Outras contas a pagar	_	26.539	23.078	27.498	23.783
Total do passivo circulante		504.557	428.178	549.507	425.338
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos		91.119	244.979	84.844	239.252
Com terceiros	17	84.844	239.252	84.844	239.252
Com partes relacionadas	9	6.275	5.727		-
Debêntures	18	309.859	156.880	309.859	156.880
Financiamento de tributos	_	4.594	6.768	4.594	6.768
Arrendamentos mercantis	19	12.027	21.355	12.027	21.355
Dividendos a pagar	22	49.252	61.572	49.252	61.572
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	16.263	2.952	16.263	2.952
Provisão para contingências	20	15.356	16.762	15.356	16.762
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	25	4.606	20.484	4.606	20.484
Outras contas a pagar	20	3,447	2.662	3.447	2.662
Total do passivo não circulante		506.523	534.414	500,248	528.687
Total do passivo não circulante		- 000.020	304.414	000.2.10	320.007
Patrimônio líguido	22				
Capital social	22.a	132.042	132.042	132.042	132.042
Reserva de lucros	22.b e 22.d	442.817	442.817	442.817	442.817
Outros resultados abrangentes	22.c e 22.e	2.143	(1.881)	2.143	(1.881)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		577.002	572.978	577.002	572.978
•					
Total do patrimônio líquido		577.002	572.978	577.002	572.978
Total do passivo		1.011.080	962.592	1.049.755	954.025
Total do passivo e patrimônio líquido		1.588.082	1.535.570	1.626.757	1.527.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1.588.082 1.535.570 **1.626.757** 1.527.003

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação em reais)

		Controladora		Consolid	dado
	Notas	2021	2020	2021	2020
Receita líquida de vendas	23	2.362.297	1.915.013	2.365.296	1.919.209
Custo das vendas	24 _	(1.812.041)	(1.380.211)	(1.814.589)	(1.383.287)
Lucro bruto		550.256	534.802	550.707	535.922
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(260.626)	(266.434)	(260.626)	(266.434)
Despesas gerais e administrativas	24	(76.371)	(74.826)	`(77.641)	(76.451)
Honorários da administração	9 e 24	(5.199)	(3.483)	(5.199)	(3.483)
Depreciação e amortização	24	(11.083)	(13.216)	(11.083)	(13.216)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.381)	(25.001)	532	(106)
Outras receitas (despesas) operacionais,		, ,	, ,		` ,
líquidas	26	4.915	(5.712)	5.434	(28.895)
·		(349.745)	(388.672)	(348.583)	(388.585)
Lucro antes das despesas financeiras					
liquidas e impostos		200.511	146.130	202.124	147.337
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	30.183	57.072	30.415	57.190
Despesas financeiras	27	(90.905)	(103.219)	(92.693)	(104.436)
	_	(60.722)	(46.147)	(62.278)	(47.246)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		139.789	99.983	139.846	100.091
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	7.824	(27)	7.767	(135)
Diferido	10	(13.311)	2.506	(13.311)	2.506
	_	(5.487)	2.479	(5.544)	2.371
Lucro líquido do exercício	=	134.302	102.462	134.302	102.462
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	22	6,93433	5,29035	6,93432	5,29033

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora e Consolidado			
	2021	2020		
Lucro líquido do exercício	134.302	102.462		
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	528	256		
Benefícios pós-emprego	3.964	(6.699)		
Resultado abrangente total	138.794	96.019		
Resultado abrangente atribuível aos				
acionistas controladores	138.794	96.019		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Outros resultados abran					ngentes		
	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Obrigações com benefícios definidos pós- emprego	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	132.042	339.841	-	15.671	(10.595)	476.959		
Outros resultados abrangentes: Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c) Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11)	- -	- -	- - 514	256 (514)	(6.699)	(6.699) 256		
Realização do custo atribuído Lucro do exercício Reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	- - -	102.976	514 102.462 (102.976)	(514)	- - -	102.462		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	132.042	442.817	-	15.413	(17.294)	572.978		
Transações de capital com os sócios Distribuição de dividendos Outros resultados abrangentes:	-	(134.770)	-	-	-	(134.770)		
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c) Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 11) Realização do custo atribuído Lucro do exercício Dividendos Propostos	- - - -	- - - - 134.770	- 468 134.302 (134.770)	528 (468)	3.964 - - - -	3.964 528 - 134.302		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	132.042	442.817	-	15.473	(13.330)	577.002		

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				_	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	139.789	99.983	139.846	100.091	
Ajustes ao lucro líquido do exercício: Depreciação e amortização	57.243	57.968	57.623	58.451	
Resultado de equivalência patrimonial	1.381	25.001	(532)	106	
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para			` ,		
investimento baixados	2.924	17.232	2.924	17.268	
Provisão para redução ao valor recuperável	185 2.348	(65) 4.556	185 2.348	(65) 4.556	
Provisão para contingências Provisão para perdas em estoque	2.346 192	(3.268)	192	(3.268)	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	45.975	49.720	44.177	43.573	
Propriedades para investimento	-	113	-	113	
Ganho na remensuração do valor justo das propriedades para investimento	400	(4.070)	100	(4.070)	
e dos instrumentos financeiros derivativos Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	106 (5.044)	(4.872)	106	(4.872)	
Variações em benefícios pós-emprego	(11.914)	(23.821) (3.942)	(5.044) (11.914)	(23.821) (3.942)	
Baixa de investimentos	(11.514)	6.427	(11.514)	6.427	
Variação de ativos e passivos					
(Acréscimo) decréscimo de ativos Contas a receber de clientes	(61.733)	75.089	(62.150)	101.222	
Estoques	(103.835)	(62.863)	(122.383)	(46.684)	
Impostos e contribuições sociais a compensar	13.534	60.072	13.206	60.060	
Outros créditos	(14.194)	7.897	(14.350)	7.969	
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores	110.713	(66.824)	160.049	(117.059)	
Tributos a recolher	30.152	6.677	30.125	6.525	
Obrigações sociais e trabalhistas	5.321	(4.629)	5.269	(4.652)	
Provisão para contingências	(5.291)	(5.136)	(5.291)	(5.136)	
Outras contas a pagar	2.186	(27.484) 207.831	2.991 237.377	(27.155) 169.707	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	210.036	207.031	237.377	109.707	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aplicação de recursos em investimentos	(861)	(27.212)	-	-	
Aplicação de recursos no intangível Aplicação de recursos no imobilizado	(100) (19.766)	(1.171) (22.211)	(100) (20.018)	(1.171) (23.114)	
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	132.950	61.956	132.950	61.956	
Arrendamento mercantil	(13.695)	(17.534)	(13.695)	(17.534)	
Adiantamento para futuro aumento de capital	` 571	` (100)	-	-	
Aplicação financeira	-	(16.041)	-	(16.041)	
Resgate de aplicação financeira	1.135	2.864	1.135	2.864	
Recebimento de dividendos Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	551 100.785	(19.449)	100.272	6.960	
Odina liquido gerado pelas (aplicado has) alividades de linvestimento	100.703	(13.443)	100.272	0.300	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	260.682	142.239	260.682	142.239	
Captação de debêntures	222.794	13.370	222.794	13.370	
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	(544.727) (58.237)	(283.068) (29.406)	(544.727) (58.237)	(283.068) (29.406)	
Amortização de principal de debêntures	(3.621)	(402)	(3.621)	(402)	
Amortização de juros de debêntures	(11.872)	(10.174)	(11.872)	(10.174)	
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	-	(35.112)	-	(10.094)	
Captação de instrumentos financeiros derivativos	(552)	11.783	(552)	11.783	
Dividendos distribuídos Caixa líguido aplicado nas atividades de financiamento	(146.932) (282.465)	(190.770)	(146.932) (282.465)	(165.752)	
oaina ilquido apiloado nas atividades de ilhandallento	(202.400)	(130.770)	(202.400)	(165.752)	
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	28.358	(2.388)	55.184	10.915	
Diferença cambial líquida	3.181	4.339	3.181	4.339	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.014	61.063	82.471	67.217	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	94.553	63.014	140.836	82.471	

Demonstração do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas	2.620.890	2.117.702	2.625.313	2.123.423
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	2.687.589	2.187.454	2.691.493	2.192.572
(-) Abatimentos e descontos	(68.633)	(78.041)	(68.633)	(78.041)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(185)	65	(185)	65
Outras receitas	2.119	8.224	2.638	8.827
Insumos adquiridos de terceiros	(1.892.843)	(1.474.670)	(1.896.051)	(1.502.596)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.765.880)	(1.335.200)	(1.768.047)	(1.337.908)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(111.251)	(107.702)	(111.801)	(108.492)
Recuperação de valores ativos	(1.654)	6.992	(1.654)	6.992
Outras despesas operacionais	(14.058)	(38.760)	(14.549)	(63.188)
Valor adicionado bruto	728.047	643.032	729.262	620.827
Depreciação e amortização	(57.243)	(58.226)	(57.623)	(58.595)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	670.804	584.806	671.639	562.232
Valor adicionado recebido em transferências	28.802	32.071	30.947	57.084
Resultado de equivalência patrimonial	(1.381)	(25.001)	532	(106)
Receitas financeiras	30.183	57.072	30.415	57.190
Valor adicionado total a distribuir	699.606	616.877	702.586	619.316
Distribuição do valor adicionado	699.606	616.877	702.586	619.316
Pessoal	178.061	181.102	178.222	181.252
Remuneração direta	110.708	110.650	110.827	110.762
Honorários	5.199	3.483	5.199	3.483
Participação nos resultados	10.966	899	10.966	899
Benefícios	38.070	50.971	38.080	50.979
FGTS	9.974	12.231	9.974	12.231
Outros gastos com pessoal	3.144	2.868	3.176	2.898
Impostos, taxas e contribuições	290.806	223.463	291.837	224.535
Federais	92.566	73.727	93.167	74.392
Estaduais	195.239	146.936	195.308	146.978
Municipais	3.001	2.800	3.362	3.165
Remuneração de capitais de terceiros	96.437	109.850	98.225	111.067
Despesas financeiras	90.905	103.219	92.693	104.436
Aluguéis	5.532	6.631	5.532	6.631
Remuneração de capitais próprios	134.302	102.462	134.302	102.462
Lucros retidos no exercício	-	102.462	_	102.462
Dividendos Distribuídos	134.302	-	134.302	-
-				

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

1.1 Informações sobre a Companhia

A J.Macêdo S.A. ("J.Macêdo" ou "Companhia"), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini e Boa Sorte.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

A única controlada do Grupo que têm moeda funcional diferente da moeda da Controladora é a Cipolin S.A., sediada no Uruguai, que tem o dólar norte-americano como moeda funcional e cujos resultados e posição financeira são convertidos na moeda de apresentação conforme segue:

- a) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- b) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações).
- c) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

1.2. Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

A extensão dos impactos da COVID-19 dependerá da duração da pandemia, eventuais novas restrições impostas pelos governos e outros possíveis desdobramentos nos países em que o Grupo atua. Neste cenário, o Grupo vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Até o momento, não houve impacto nos negócios da Companhia, assim como também não houve alteração de estimativas contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 16 de março de 2022. Os mesmos têm o poder de alterar as demonstrações contábeis após sua emissão, fato que será oportunamente divulgado, caso ocorra.

2.2 <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Estimativas

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas na determinação de se a Companhia detém de fato controle sobre suas investidas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentadas a seguir:

% Participação

		societária	
Razão social	País sede	31/12/2021	31/12/2020
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin") (b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza	Uruguai	100,0	100,0
Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

- (a) Cipolin (sociedade de capital fechado) Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de "Cipolin S.A."A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.
- (b) Tergran (sociedade de capital fechado) Refere-se a operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (joint operation). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada, coligada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.3 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. No caso da Cipolin, controlada no Uruguai, a alíquota de IRPJ é de 25% s/ a renda líquida gradada, não sendo aplicável a CSLL.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção de que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 21.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 <u>Imobilizado</u>

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta:
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados;
 e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.8 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estimase o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos, fermentos e bebidas. A produção e a comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.15 <u>Demonstração do valor adicionado</u>

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2021

Os novos requerimentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021 ou após essa data, como os Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento (alterações ao IFRS 16/CPC 06(R2) "Arrendamentos"), não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

3.17 Alterações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). De acordo com avaliação prévia da Administração, essas normas não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

Normas	Natureza da mudança	Emissão	Vigência
IAS 16 - Ativo Imobilizado	Proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.	mai/2020	01/01/2022
IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Esclare que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.	mai/2020	01/01/2022
IFRS 3 - Combinação de Negócios	Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente.	mai/2020	01/01/2022
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.	mai/2020	01/01/2022
IFRS 16 - Arrendamentos	Altera o exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.	mai/2020	01/01/2022
IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros	Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.	mai/2020	01/01/2022
IAS 41 - Ativos Biológicos	Remove a exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.	mai/2020	01/01/2022

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Normas	Natureza da mudança	Emissão	Vigência
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1.	mai/2020	01/01/2023
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.	fev/2021	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.	fev/2021	01/01/2023
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	mai/2021	01/01/2023

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

3.18 Mudanças climáticas

É crescente a preocupação com sustentabilidade nos negócios e também com os impactos de mudanças no padrão do clima. Como consequência, temos assistido entidades multilaterais e Governos estabelecerem a adoção de medidas compensatórias e, especialmente, metas de redução de emissão de CO2. O cumprimento destas metas poderá afetar as cadeias de produção e suprimento, como no caso do frete marítimo, onde uma das razões da recente alta de preços, custo relevante na formação de preço do trigo importado e nos insumos da produção nacional é a diminuição de encomendas de novos navios, pela incerteza sobre qual a fonte de energia a ser adotada nas embarcações nos próximos anos face as metas de redução de emissão de CO2. A produção agrícola depende de forma direta das condições de clima, sendo sensível ao excesso de chuva e calor que, fora das curvas normais, provocam expressivas reduções de oferta com grande impacto em preço e qualidade.

Se confirmadas as teorias de que os eventos climáticos passem a ser mais intensos nos próximos anos, poderemos ter impactos ainda não adequadamente mensurados no tamanho e localização das safras e, consequentemente, nos preços das commodities e no custo logístico. Por outro lado, o conjunto de tecnologias de produção agrícola procura aumentar a resistência das plantas a esses eventos e tem tido sucesso, como provam os sucessivos recordes na produção mundial de grãos. Até o momento, os impactos do clima na produção agrícola podem ser considerados como normais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Bancos conta movimento	9.406	8.459	55.667	27.789	
Equivalentes de caixa	85.147	54.555	85.169	54.682	
	94.553	63.014	140.836	82.471	

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pósfixados, remunerados à taxa média de 100,53% (31 de dezembro de 2020: 85%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Aplicações financeiras	13.762	13.544	13.762	13.544	
	13.762	13.544	13.762	13.544	

As aplicações financeiras referem-se a CDBs pós-fixados, remunerados à taxa média de 100,53% do CDI, em 31 de dezembro de 2021.

6. Contas a receber de clientes

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Clientes no país Desconto de verbas contratuais (a) Provisão para redução ao valor recuperável	202.884 (10.268) (471)	138.272 (7.389) (286)	203.543 (10.268) (471)	138.514 (7.389) (286)	
. To road para roadyad ao raio. To aporaro.	192.145	130.597	192.804	130.839	

(a) Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

	Contro	Controladora		lidado
Prazo	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a vencer:	182.333	105.779	182.992	106.021
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	17.359	27.350	17.359	27.350
de 31 a 60 dias	1.556	1.598	1.556	1.598
de 61 a 90 dias	483	858	483	858
de 91 a 180 dias	1.027	997	1.027	997
Acima de 181 dias	126	1.690	126	1.690
	202.884	138.272	203.543	138.514

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, está assim representada:

	Controladora e	Controladora e consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020			
Saldo inicial	(286)	(351)			
Reversões (provisões)	(185)	` 65			
Saldo final	(471)	(286)			

Na Nota 28c, está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

7. Estoques

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Produtos acabados	58.375	53.321	58.375	53.321	
Matérias-primas (a)	158.789	43.419	158.789	43.419	
Materiais de produção	28.091	26.688	28.091	26.688	
Materiais de manutenção e outros	13.657	12.345	13.657	12.368	
Produtos em processo	13.985	6.225	13.985	6.225	
Importações de matéria prima em andamento (b)	15.540	42.796	13.906	22.591	
	288.437	184.794	286.803	164.612	

- (a) Representado, substancialmente, pelo aumento no custo do trigo no período, impactado pela alta do dólar, aumento significativo no preço do trigo nacional e grande volume de importação de matéria-prima nos últimos meses do ano.
- (b) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 1.634 (31 de dezembro de 2020: R\$ 20.205).

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, segue assim representada:

	Controladora e	Controladora e consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020		
Saldo inicial	(150)	(3.418)		
Reversões (provisões)	(192)	3.268		
Saldo final	(342)	(150)		

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar

31/12/2021 31/12/2020 Não Não	Total
Não Não	Total
	Total
Circulante circulante Total Circulante circulante	
ICMS a ressarcir (a) 18.071 4.260 22.331 16.735 4.760	21.495
\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \	12.734
	30.836
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado 1.170 1.220 2.390 2.544 7.454	9.998
Imposto de renda e contribuição 703 7.824 8.527 8.281 -	8.281
PIS a recuperar (e) 2.952 4.787 7.739 5.493 5.752	11.245
COFINS a recuperar (e) 20.310 13.982 34.292 27.299 27.311	54.610
Outros impostos e contribuições 3.590 - 3.590 4.993 6	4.999
113.635 32.073 145.708 108.915 45.283 1	154.198

	Consolidado						
	31/12/2021			31/12/2020			
		Não		Não			
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total	
ICMS a ressarcir (a)	18.071	4.260	22.331	16.735	4.760	21.495	
ICMS a recuperar (b)	7.161	-	7.161	12.734	-	12.734	
ICMS a apropriar (c)	59.678	-	59.678	30.836	-	30.836	
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.170	1.220	2.390	2.544	7.454	9.998	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (d)	703	7.824	8.527	8.281	-	8.281	
PIS a recuperar (e)	2.952	4.787	7.739	5.493	5.752	11.245	
COFINS a recuperar (e)	20.310	13.982	34.292	27.299	27.311	54.610	
Outros impostos e contribuições	3.932	-	3.932	5.007	6	5.013	
	113.977	32.073	146.050	108.929	45.283	154.212	

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, bem como levantamentos de créditos extemporâneos de ICMS para os quais são protocolados processos junto aos Estados e que se encontram já homologados ou pendentes de homologação, sendo estes últimos disponíveis para utilização.
- (b) Correspondem aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.
- (c) Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS, que serão apropriados no momento da venda. O aumento do saldo em 2021 em relação a 2020 se deve ao elevado aumento de aquisições nos dois últimos meses do ano com custo bem superior. Aliado a isto, o volume de trigo importado ao final de 2021 não teve sua respectiva saída dentro do exercício.
- (d) O montante de R\$ 7.824 no não circulante em 2021 se refere créditos de IRPJ e CSLL decorrentes da não incidência desses tributos sobre a atualização pela Selic nos indébitos tributários, conforme Nota 10.a.
- (e) Trata-se de saldos credores das operações correntes do exercício, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Processo referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

A Companhia possui Ação Rescisória, decorrente de Mandado de Segurança impetrado em 2007 que discute a exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis/Cofins. O período abrangido vai de 2002 a 2014. Tal ação rescisória aguarda decisão do STJ. A Companhia reconhecerá estes créditos somente após o trânsito em julgado favorável do processo.

Ainda não há qualquer registro a ser realizado, decorrente da decisão do STF sobre a repercussão geral no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 574706, de 13 de maio de 2021, uma vez que o caráter da ação da Companhia é rescisória.

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo S.A. Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa controlada

Cipolin S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa coligada

CEMEC Construções Eletromecânicas S.A.

A CEMEC é uma sociedade de capital fechado cuja participação da Companhia no seu capital social é de 15,76% (16,01% em 31 de dezembro de 2020). Essa Companhia possuía, como atividade principal, a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta e, em março de 2012, paralisou suas operações.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Segue quadro das operações entre as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Companhias - Tipo de operação Ativo circulante Contas a receber J. Macêdo S.A. – Comércio, Administração e				
Participações (a) Adiantamento a fornecedores (Nota 7)	-	27.164	-	27.164
Cipolin S.A. (b) Adiantamento para futuro aumento de capital	1.634	20.205	-	-
Tergran	1.308	1.879 49.248	-	27.164
Ativo não circulante Empréstimos a receber	2.942	49.240		27.104
J.Macêdo S.A Comércio, Administração e Participações (c)	210	100.723	210	100.723
	210	100.723	210	100.723
Passivo circulante Fornecedores (Nota 15) Cipolin S.A. (d)	-	(38.164)	-	-
Outras contas a pagar Tergran	(1.188)	(1.188)	-	
	(1.188)	(39.352)	-	
Passivo não circulante Empréstimos a pagar				
Cipolin S.A. (e)	(6.275)	(5.727)	-	
	(6.275)	(5.727)	-	
			Contro	ladora
			31/12/2021	31/12/2020
Resultado Cipolin S.A Custo com importação de trigo			657.719	614.172
Tergran - Custos portuários			5.101	3.519
			662.820	617.691

- (a) Valor referente à venda de propriedades para investimento conforme contratos firmados em 28 de dezembro de 2018. O saldo em 31 de dezembro de 2021 foi baixado com recursos de dividendos da J. Macêdo S.A. - CAP junto à Companhia.
- (b) Importações de matéria prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- (c) Saldo de mútuo com a controladora, sobre o qual incide encargos mensais, mediante aplicação de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) e um percentual da taxa média do CDI Certificado de Depósito Interbancário. Os contratos foram celebrados em condições específicas, contratadas entre as partes, não necessariamente realizadas em condições usuais de mercado, com prazo para pagamento até julho de 2022, podendo ser prorrogado. O saldo em 31 de dezembro de 2021 foi baixado com recursos de dividendos da J. Macêdo S.A. CAP junto à Companhia, permanecendo apenas o montante de IOF devido e liquidado em janeiro de 2022.
- (d) Saldo em aberto na conta de fornecedores estrangeiros em favor da controlada Cipolin.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos firmados em 2011 entre a Companhia e a Cipolin, atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros de 2,51% a.a. e com prazo de 5 anos com renovação em períodos consecutivos de 30 dias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore global dos administradores em até R\$ 1.417 mensal, limitado a R\$ 17.000/ano para o exercício de 2021 (R\$ 5.000/ano em 2020), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 5.199 (2020: R\$ 3.483).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, concernente às garantias representaram no exercício findo de 31 de dezembro de 2021, 24,51% (31 de dezembro de 2020: 40%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	47.468	47.468	
Diferenças temporárias:			
Provisão para perda ao valor recuperável	160	97	
Provisão para perdas com estoques	116	118	
Provisão para contingências	5.221	5.699	
Provisão de honorários de êxito	1.078	812	
Programa de participação nos resultados	1.959	89	
Perda operação "swap"	355	-	
Arrendamentos	987	989	
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	1.566	6.965	
Outras provisões	<u>-</u>	1.058	
Total diferido ativo	58.910	63.295	
Aiusto do avalicaão patrimonial	(6.970)	(7 112)	
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.870) (14.841)	(7.113)	
Valor justo propriedade para investimento	(28.874)	(14.334) (25.099)	
Juros sobre empréstimos capitalizados	` ,	,	
Diferença depreciação fiscal	(24.588)	(19.701)	
Total diferido passivo	(75.173)	(66.247)	
Total de imposto diferido líquido	(16.263)	(2.952)	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Corrente				
Imposto de renda	5.753	(18)	5.712	(97)
Contribuição social	2.071	(9)	2.055	(38)
	7.824	(27)	7.767	(135)
Diferidos				
Imposto de renda	(9.787)	1.842	(9.787)	1.842
Contribuição social	(3.524)	664	(3.524)	664
	(13.311)	2.506	(13.311)	2.506
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(5.487)	2.479	(5.544)	2.371

Reconciliação da taxa efetiva

Trocorremação da taxa crotiva	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL Alíquota fiscal combinada	139.789 34%	99.983 34%	139.846 34%	100.091 34%	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(47.528)	(33.994)	(47.548)	(34.031)	
Adições permanentes					
Despesas não dedutíveis	(3.335)	(1.915)	(3.335)	(1.915)	
Outras adições, líquidas (a)	(16.593)	(7.214)	(16.631)	(7.285)	
	(19.928)	(9.129)	(19.966)	(9.200)	
Exclusões permanentes					
Ganho de incentivos fiscais	61.970	45.602	61.970	45.602	
	61.970	45.602	61.970	45.602	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(5.487)	2.479	(5.544)	2.371	
Alíquota efetiva	(3,92%)	2,48%	(3,96%)	2,37%	

⁽a) Representado, substancialmente, por ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, não contabilizado, devido à ausência de expectativa de utilização num prazo razoável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

a) Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic nos indébitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 que fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à atualização monetária pela taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF.

Embora o acórdão do RE julgado pelo STF, publicado em 16 de dezembro de 2021, não tenha transitado em julgado e restando à PGFN eventual interposição de embargos de declaração e modulação dos efeitos da decisão ao STF, a decisão de mérito já foi favorável a todos os contribuintes, não havendo incertezas relevantes em relação ao mérito da questão que não estejam sob o controle das entidades.

No que se refere à eventual modulação dos efeitos da referida decisão, outros julgamentos de temas tributários pelo STF indicam ser provável que seja resguardado aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até a data de 24 de setembro de 2021, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado.

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia impetrou mandado de segurança objetivando questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a atualização monetária pela Selic de indébitos tributários e, até a data da elaboração dessas demonstrações financeiras, sua ação judicial não havia sido julgada. A Companhia entende que o direito à restituição do IRPJ/CSLL da referida ação judicial será provalvemente aceito em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), e por esse motivo, reconheceu, em 2021, os créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 7.824, na linha de IRPJ/CSLL, em contrapartida a tributos a recuperar no ativo não circulante. A Companhia aguarda o trânsito em julgado de sua ação para o início do processo de restituição/compensação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11. Investimentos

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Participações em empresas controlada, coligada e controlada em conjunto	12.496	13.038	3.536	3.555	
Outros investimentos	224	224	224	224	
	12.720	13.262	3.760	3.779	

	31/12/2021			31/12/2020			
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin	Cemec	
Informações sobre as controladas:							
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063	4.979	
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	15,76%	33,33%	100,00%	16,01%	
Ativo circulante	6.636	46.959	2.845	5.706	57.587	172	
Ativo não circulante	8.195	6.275	24.072	8.590	5.726	26.319	
Total de ativos	14.831	53.234	26.917	14.296	63.313	26.491	
Passivo circulante	1.594	47.418	185	1.422	56.242	170	
Passivo não circulante	3.805	-	3.730	5.637	-	4.113	
Total de passivos	5.399	47.418	3.915	7.059	56.242	4.283	
Patrimônio líquido	9.432	5.816	23.002	7.237	7.071	22.208	
Capital social	11.797	37.787	12.005	9.204	37.787	88.536	
Lucro/prejuízo do exercício	(388)	(1.784)	3.381	28	(24.904)	(645)	

		31/12/2020			
Movimentação dos investimentos	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	2.412	7.071	3.555	13.038	10.568
Resultado de equivalência patrimonial Aumento de capital	(129) 862	(1.784) -	532 -	(1.381) 862	(25.001) 27.211
Variação cambial de investimento no exterior	-	528	-	528	256
Recebimento de dividendos	-	-	(551)	(551)	-
Ajuste por diluição na participação	-	-	-	-	4
Saldo final	3.145	5.815	3.536	12.496	13.038

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2021 31/12			
Propriedade para investimentos Remensuração do valor justo	48.070 1.490	52.092 (3.909)		
Baixa	-	` (113)		
Saldo final	49.560	48.070		

A propriedade para investimentos se refere à unidade fabril de Maceió, desativada em 2019. Estes ativos, que compreendem terrenos, edificações e instalações, estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização e estão registrados a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e especializados ao final de cada de exercício, uma vez que não são esperadas mudanças significativas no valor gerado em períodos inferiores a um ano.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

		31/12/2021			31/12/2020			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total	
Terrenos	-	26.043	_	26.043	26.043	-	26.043	
Edificações e outros imóveis	3,6	405.544	(117.280)	288.264	401.380	(105.301)	296.079	
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10,0	529.204	(220.979)	308.225	524.889	(200.166)	324.723	
Instalações	10,0	34.369	(24.722)	9.647	35.015	(22.777)	12.238	
Móveis e utensílios	10,2	9.007	(7.358)	1.649	9.436	(7.503)	1.933	
Computadores e periféricos	21,9	8.333	(7.663)	670	8.552	(7.457)	1.095	
Veículos	19,2	269	` (183)	86	269	` (169)	100	
Outros	21,2	7.214	(5.412)	1.802	7.081	(5.433)	1.648	
		1.019.983	(383.597)	636.386	1.012.665	(348.806)	663.859	
Imobilizado em andamento (a) Direito de uso em	-	97.207	• •	97.207	82.390	-	82.390	
arrendamento (Nota 19)	-	57.139	(34.496)	22.643	54.646	(22.658)	31.988	
, -,		1.174.329	(418.093)	756.236	1.149.701	(371.464)	778.237	

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Terrenos	26.043	-	-	-	-	26.043
Edificações e outros imóveis	296.079	437	(243)	4.110	(12.119)	288.264
Máquinas, aparelhos e			, ,		, ,	
equipamentos industriais	324.723	5.212	(1.427)	7.410	(27.693)	308.225
Instalações	12.238	60	(197)	-	(2.454)	9.647
Móveis e utensílios	1.933	98	`(45)	(4)	` (333 [°])	1.649
Computadores e periféricos	1.095	109	(10)	. 2	(526)	670
Veículos	100	-	` -	-	(14)	86
Outros	1.648	604	(1)	3	(452)	1.802
Imobilizado em andamento (a)	82.390	26.338	`-	(11.521)	` -	97.207
Direito de uso em arrendamento						
(Nota 19)	31.988	4.370	(1.001)	-	(12.714)	22.643
	778.237	37.228	(2.924)	-	(56.305)	756.236

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Consolidado

Composição dos saldos

			31/12/2021			31/12/2020			
	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total		
Terrenos	-	26.043	-	26.043	26.043	_	26.043		
Edificações e outros imóveis	3,6	409.647	(120.217)	289.430	405.483	(108.087)	297.396		
Máquinas, aparelhos e			, ,			,			
equipamentos industriais	10,0	532.342	(223.435)	308.907	527.931	(202.533)	325.398		
Instalações	10,0	35.580	(25.212)	10.368	36.178	(23.176)	13.002		
Móveis e utensílios	10,2	9.084	(7.417)	1.667	9.513	(7.559)	1.954		
Computadores e periféricos	21,9	8.668	(7.876)	792	8.802	(7.629)	1.173		
Veículos	19,2	289	(185)	104	269	(169)	100		
Outros	21,2	7.214	(5.412)	1.802	7.081	(5.433)	1.648		
		1.028.867	(389.754)	639.113	1.021.300	(354.586)	666.714		
Imobilizado em andamento (a) Direito de uso em	-	97.207	-	97.207	82.390	-	82.390		
arrendamento (Nota 19)	-	57.139	(34.496)	22.643	54.646	(22.658)	31.988		
		1.183.213	(424.250)	758.963	1.158.336	(377.244)	781.092		

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2021
Terrenos	26.043	-	-	_	-	26.043
Edificações e outros imóveis	297.396	439	(243)	4.110	(12.272)	289.430
Máquinas, aparelhos e					, ,	
equipamentos industriais	325.398	5.308	(1.427)	7.410	(27.782)	308.907
Instalações	13.002	109	(197)	-	(2.546)	10.368
Móveis e utensílios	1.954	98	(45)	(4)	(336)	1.667
Computadores e periféricos	1.173	194	(10)	2	(567)	792
Veículos	100	20	` -	-	(16)	104
Outros	1.648	604	(1)	3	(452)	1.802
Imobilizado em andamento (a)	82.390	26.338	-	(11.521)	-	97.207
Direito de uso em arrendamento						
(Nota 19)	31.988	4.370	(1.001)	-	(12.714)	22.643
	781.092	37.480	(2.924)	-	(56.685)	758.963

⁽a) O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto por bens de obras em andamento, no montante de R\$ 97.207 (31 de dezembro de 2020: R\$ 82.390) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão da estocagem de trigo nas unidades de Fortaleza e Salvador.

O valor dos juros de financiamentos capitalizados durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 13.092 (31 de dezembro de 2020: R\$ 8.918). A taxa média utilizada para capitalização foi de 16,24% a.a. (31 de dezembro de 2020: 8,01% a.a.).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
Despesa com depreciação	(54.828)	(55.539)	(55.208)	(56.022)	
Despesa com amortização (Nota 14)	(1.684)	(1.669)	(1.684)	(1.669)	
Despesa com depreciação do custo atribuído	(731)	(760)	(731)	(760)	
Depreciação e amortização no exercício	(57.243)	(57.968)	(57.623)	(58.451)	

d) Ativos concedidos em garantias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentados abaixo:

	Controladora e	Consolidado
Descrição dos itens oferecidos em garantia	31/12/2021	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	269.469	285.820
Edificações	224.561	229.582
Instalações	8.697	10.857
Móveis e utensílios	984	1.156
Terrenos	22.243	22.243
Imobilizado em andamento	80.016	71.440
Outros	1.986	2.231
	607.956	623.329

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas ao FINEM e ao FINAME do BNDES.

14. Intangível (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

			31/12/2021			31/12/2020	
	Taxas médias anuais de amortização %	Custo	Amortização acumulada	Valor total	Custo	Amortização acumulada	Valor total
Softwares e sistemas informatizados	20,0	59.542	(55.954)	3.588	59.486	(54.314)	5.172
		59.542	(55.954)	3.588	59.486	(54.314)	5.172

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2020	Adições	Baixas	Amortização	Saldos em 31/12/2021
Softwares e sistemas informatizados	5.172	100	-	(1.684)	3.588
	5.172	100	-	(1.684)	3.588

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Nacionais (a)	102.789	79.636	102.696	79.735
Estrangeiros (b)	131.049	41.711	176.153	39.065
	233.838	121.347	278.849	118.800

- (a) O aumento se deve principalmente a aquisição de trigo nacional e outras matérias-primas, impactado pelo aumento no preço do trigo nacional em 2021.
- (b) Representado, substancialmente, por contas a pagar para compra de trigo e outras matérias-primas. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo de contas a pagar com a controlada Cipolin, que negociou a antecipação desses recebíveis junto a instituições financeiras (31 de dezembro de 2020: R\$ 38.164). Em 2021 houve maior volume de importação de trigo de outros fornecedores estrangeiros que ainda não havia sido liquidado ao término do exercício.

16. Tributos a recolher

	Controla	dora	Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
ICMS (a)	29.446	6.974	29.446	6.974	
INSS retido	197	105	197	105	
ISS retido	332	403	336	403	
Outros tributos a recolher	1.042	1.207	1.126	1.265	
_	31.017	8.689	31.105	8.747	

⁽a) Refere-se, substancialmente, ao aumento no ICMS Importação do Trigo dos estados do Ceará e Bahia, justificados pelo aumento do custo de importação somado aos altos volumes de importação praticados nos últimos meses do ano.

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Indexador	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Pré-fixado	3,5% a 7,25%	3,5% a 9,80%	6.194	37.352
Pré-fixado, TJLP e moedas	1,92% a 4,26%	3,50% a 9,68%	59.397	150.067
Pré-fixado	-	2,75% a 4,78%	-	50.327
CDI e IPCA	2,5% a 4,00%	2,5% a 8,00%	113.994	237.077
			179.585	474.823
			94.741	235.571
			84.844	239.252
	Pré-fixado, TJLP e moedas Pré-fixado	Pré-fixado, TJLP e moedas 1,92% a 4,26% Pré-fixado -	Pré-fixado, TJLP e moedas 1,92% a 4,26% 3,50% a 9,68% Pré-fixado - 2,75% a 4,78%	Pré-fixado, TJLP e moedas 1,92% a 4,26% 3,50% a 9,68% 59.397 Pré-fixado - 2,75% a 4,78% - CDI e IPCA 2,5% a 4,00% 2,5% a 8,00% 113.994 179.585 94.741

(a) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e Consolidado			
Ano	31/12/2021	31/12/2020		
2022	-	170.221		
2023	32.224	41.854		
2024	18.948	11.746		
A partir de 2025	33.672	15.431		
·	84.844	239.252		

Movimentação dos saldos

			Adições		Amortiz	zações		
	Saldos em			Variação				Saldos em
Descrição	31/12/2020	Principal	Juros	cambial	Principal	Encargos	Transf.	31/12/2021
Finame / Finem BNDES	99.046	12.943	35.465	-	(328.951)	(37.248)	229.422	10.677
Capital de giro – moeda estrangeira	-	5.000	581	(105)	(19.895)	(581)	15.000	-
Capital de giro – moeda nacional	86.198	30.000	15.466	-	(145.881)	(19.137)	117.418	84.064
Crédito rural	50.327	-	944	-	(50.000)	(1.271)	-	-
Total circulante	235.571	47.943	52.456	(105)	(544.727)	(58.237)	361.840	94.741
Finame / Finem BNDES	88.373	197.739	(1.776)	-	-	-	(229.422)	54.914
Capital de giro – moeda estrangeira	-	15.000	-	-	-	-	(15.000)	-
Capital de giro – moeda nacional	150.879	-	(3.531)	-	-	-	(117.418)	29.930
Total não circulante	239.252	212.739	(5.307)	-	-	-	(361.840)	84.844
Total	474.823	260.682	47.149	(105)	(544.727)	(58.237)	-	179.585

Os empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES exigem o cumprimento de determinados índices associados ao balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Até a data da publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018, foram emitidas debêntures (3ª emissão) sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, cujo recebimento efetivo foi realizado em janeiro de 2019. O saldo do valor nominal unitário será amortizado em 8 parcelas, sendo a primeira em 23/03/2021 e a última na data de vencimento (23 de setembro de 2024).

Em 14 de agosto de 2019, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária. As debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura de Emissão.

O valor nominal unitário da 4ª emissão de debêntures simples será amortizado em uma única parcela, na data de vencimento (11 de agosto de 2022).

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura pela Securitizadora. O saldo do valor nominal unitário será atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis e amortizado em parcelas mensais, sendo a primeira no final do 18º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (12 de novembro de 2026). As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, com pagamentos mensais iniciados em 13 de dezembro de 2021, e a última em 12 de novembro de 2026.

	Controladora e Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020	
Circulante			
Principal	77.240	3.620	
Encargos	3.321	1.153	
(-) Custos de transação	(3.500)	-	
-	77.061	4.773	
Não circulante			
Principal	319.640	156.880	
Encargos	3.926	-	
(-) Custos de transação	(13.707)	<u>-</u>	
	309.859	156.880	
	386.920	161.653	
	•		

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora e	Consolidado	
Ano	31/12/2021	31/12/2020	
2022	-	77.240	
2023	51.514	10.860	
2024	258.345	68.780	
	309.859	156.880	

Características das ofertas

Características das ofertas	
Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 4,5% a.a.
Vencimento	23/09/2024
Debêntures	4ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	70
Remuneração	Taxa DI + 2,0 % a.a.
Vencimento	11/08/2022
Debêntures	5ª. Emissão
Tipo	Simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	240
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 6,3071% a.a.
Vencimento	12/11/2026

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia está obrigada, devido à terceira emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, apurados trimestralmente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

Em relação à quarta e quinta emissão de debêntures, a Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Até a data da publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

19. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguel classificados como arrendamento que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), vigente desde 1º de janeiro de 2019.

Na data da adoção inicial, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69% a.a.

A composição do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 está representada a seguir:

a) Composição do ativo de direito de uso

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	25.966	5.588	434	31.988
Adições Baixas Depreciação	3.817 (814) (9.007)	553 (187) (3.435)	- - (272)	4.370 (1.001) (12.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.962	2.519	162	22.643

b) Composição do passivo de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	27.689	5.904	356	33.949
Adições Baixas Juros incorridos Pagamentos	3.774 (770) 2.023 (10.895)	590 (187) 365 (3.940)	- - 134 (419)	4.364 (957) 2.522 (15.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.821	2.732	71	24.624
Circulante Não circulante	9.802 12.019	2.724 8	71 -	12.597 12.027

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Vencimentos das prestações	·	
2022	14.244	15.044
2023	9.356	12.831
2024	3.151	8.019
2025	380	2.403
Valores não descontados	27.131	38.297
Juros embutidos	(2.507)	(4.348)
Saldo do passivo de arrendamento	24.624	33.949

04/40/0004 04/40/0000

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do exercício mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

Fluxos de caixa	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	27.131	24.624
PIS/Cofins potencial (9,25%)	2.510	2.278

e) Divulgação complementar CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Conforme orientação do referido ofício-circular são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	Fluxo real		Fluxo inflacionado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos	24.624	33.949	26.097	35.894
	24.624	33.949	26.097	35.894

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

f) <u>Documento de Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 16, referente ao CPC06 (R2)</u>

Em relação à Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, que aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, a Companhia esclarece que não obteve benefícios relacionados à Covid-19 em seus contratos de arrendamento.

20. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado				
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo	
Colde are 21 de describre de 2010	0.000	0.100	1.047	10.040	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.299	8.103	1.947	16.349	
Provisões	69	8.200	3.158	11.427	
Encargos financeiros	28	619	346	993	
Reversão de provisões	(4.930)	(1.172)	(769)	(6.871)	
Pagamentos	(385)	(3.806)	(945)	(5.136)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.081	11.944	3.737	16.762	
Provisões	928	1.272	1.100	3.300	
Encargos financeiros	26	1.126	385	1.537	
Reversão de provisões	-	(849)	(103)	(952)	
Pagamentos	-	(3.217)	(2.074)	(5.291)	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.035	10.276	3.045	15.356	

O total de pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$ 5.291 (31 de dezembro de 2020: R\$ 5.136), sendo R\$ 3.217 (31 de dezembro de 2020: R\$ 3.806) referente a contingências trabalhistas e R\$ 2.074 (31 de dezembro de 2020: R\$ 945) referente a contingências cíveis e administrativas. Não houve pagamentos referente a contingências tributárias (31 de dezembro de 2020: R\$ 385).

a) Tributárias

A maior parte da contingência tributária da empresa refere-se a (i) glosa de créditos de ICMS em decorrência de guerra fiscal, (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS importação viabilizados por decisão judicial, (iii) autuação decorrente de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL após incorporação, e (iv) exclusões indevidas de parcelamentos federais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) <u>Trabalhistas</u>

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 4.083 em 31 de dezembro de 2021 (31 de dezembro de 2020: R\$ 5.068). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A J.Macêdo S.A. é parte ativa em alguns processos de ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos, dentre outros, para os quais é provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade, cujo montante em andamento em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 375 (31 de dezembro de 2020: R\$ 592).

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e d	Controladora e consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020		
Tributária	253.673	289.475		
Trabalhista	21.851	21.397		
Cível	15.592	23.305		
	291.116	334.177		

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

- I. Auto de infração de IRPJ (proc. 10380.724500/2010-47), no valor de R\$ 13.474, lavrado por supostamente não ter sido respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal após incorporação. Aguarda-se julgamento administrativo.
- II. Auto de infração de multa (proc. 18220.726610/2021-41) no valor de R\$ 17.590, decorrente de compensação não homologada no PAF 10380.908060/2019-17, referente a pedido de compensação de créditos de PIS/COFINS sobre importação.
- III. Ação Anulatória (Proc. 0817443-64.2021.4.05.8100), contra a cobrança do débito controlado pelo Auto de Infração de IRPJ e CSLL de nº 10380.732850/2012-49 ,no valor total de R\$ 22.017, relativo aos anos calendários de 2007 e 2008, em razão da compensação indevida de prejuízos fiscais e de bases negativas da CSLL, face à incorporação da J. MACÊDO S/A pela ÁGUIA S/A. Aguarda-se julgamento judicial.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

IV. Ação anulatória (proc. 0818046-40.2021.4.05.8100), no valor de R\$ 12.738, contra a exclusão da empresa do REFIS na modalidade "Lei 11.941 - RFB - demais débitos art. 1º." e sua reabertura da Lei 12.865, ambos quitados antecipadamente com RQA. Aquarda-se julgamento judicial.

Autor: Estado de São Paulo

- I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS (proc. 0019881-14.2009.8.26.0562), no valor de R\$ 28.176, referente a supostas remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo parcialmente destinada a outros Estados. Aguarda-se julgamento judicial.
- II. Execução Fiscal (proc. 1500148-30.2015.8.26.0577), no valor de R\$ 26.533, decorrente de Auto de Infração lavrado com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

I. Execução Fiscal (proc. 0060107-87.2009.8.19.0002) decorrente de Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 31.861, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação de trigo em grãos que resultou em farelo de trigo. Aquarda-se julgamento judicial.

21. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia fez jus a R\$ 182.265 em subvenções estaduais (31 de dezembro de 2020: R\$ 134.124).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apurou base para cálculo do lucro da exploração.

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

a) SUDENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo para a unidade de Fortaleza (desde 2018 até 2027), (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2015 até 2024) para a unidade de Salvador e (iv) fabricação de biscoitos para a unidade de Simões Filho (desde 2017 até 2026). Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de setembro de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Em agosto de 2016, o governo do Ceará regulamentou o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado do CE (FEEF) para as empresas beneficiárias do PROVIN, no qual a Companhia estava sujeita ao pagamento durante o período de setembro de 2016 a agosto de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2021. O FEEF é considerado um encargo e corresponde a 7% do incentivo. Seu recolhimento ocorrerá se o valor da arrecadação do mês for inferior quando comparado ao mesmo mês do exercício anterior, limitado a 7% do valor do incentivo.

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de setembro de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em setembro de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

e) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

f) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

h) <u>Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)</u>

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

i) Crédito Presumido (Estado de Minas Gerais)

A J.Macêdo S.A. possui incentivo de crédito presumido, obtido por meio de Regime Especial, para as filiais estabelecidas no Estado de Minas Gerais. O crédito presumido é calculado de forma a zerar a carga tributária nas saídas de farinha de trigo oriundas da moagem realizada no Estado, para a filial Moinho.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma reserva de R\$ 482.129, acrescida de R\$ 3.427 referente a sobra de reserva legal constituída em 2019 acima do limite de 20% do capital social, e dos quais R\$ 69.148 foram utilizados na absorção de prejuízo do exercício de 2019, resultando num saldo de reserva constituída de R\$ 416.408.

Incentivos fiscais			Re	serva de incenti	ivos fiscais		
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	Ajuste entre reservas	Absorção de prejuízos	Reserva constituída
2003 a 2016	8.517	282.377	290.893	(290.893)	-	-	(290.893)
2017	-	48.123	48.123	(26.966)	-	-	(26.966)
2018	-	125.961	125.961	(61.294)	-	-	(61.294)
2019	-	128.450	128.450	-	-	69.148	69.148
2020	-	134.124	134.124	(102.976)	(3.427)	-	(106.403)
2021	-	182.265	182.265	-	-	-	-
	8.517	901.300	909.816	(482.129)	(3.427)	69.148	(416.408)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	31/12/2021	31/12/2020
Capital social Ações nominativas - Quantidade:	132.042	132.042
Ordinárias	10.674.856	10.674.856
Preferenciais classe A	8.691.558	8.691.558
Preferenciais classe B	1.296	1.296
	19.367.710	19.367.710

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 21.

c) Outros resultados abrangentes

- i) Ajustes acumulados de conversão: Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimento no exterior.
- ii) Benefícios pós-emprego: benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98 (Nota 25 b).

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		
	2021	2020	
Lucro líquido do exercício	134.302	102.462	
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	468	514	
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	-	(102.976)	
Base de cálculo dos dividendos	134.770	-	

Controladora

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R\$ 134.770 foi inteiramente destinado a distribuição de dividendos e utilizado pela J. Macêdo – CAP para quitação da dívida com a Companhia, conforme Nota 9. O saldo remanescente de R\$ 158 no passivo circulante é devido aos acionistas minoritários e será liquidado em 2022. O saldo remanescente de exercícios anteriores, no montante de R\$ 49.252, no passivo não circulante, está previsto para ser pago em 2023.

e) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta de vendas	2.687.589	2.187.454	2.691.493	2.192.572
(-) Impostos	(251.554)	(191.124)	(252.459)	(192.046)
(-) Devoluções	(15.143)	(25.776)	(15.143)	(25.776)
(-) Abatimentos e outros	(58.595)	(55.541)	(58.595)	(55.541)
Receita líquida de vendas	2.362.297	1.915.013	2.365.296	1.919.209

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controla	Controladora		idado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Matérias-primas e embalagens	(1.544.034)	(1.117.569)	(1.546.201)	(1.120.646)
Pessoal	(209.013)	(210.920)	(209.173)	(211.075)
Serviços de terceiros e fretes	(204.842)	(219.463)	(205.357)	(220.048)
Depreciação e amortização	(57.243)	(57.968)	(57.623)	(58.451)
Outros	(150.188)	(132.250)	(150.784)	(132.651)
	(2.165.320)	(1.738.170)	(2.169.138)	(1.742.871)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Custos dos produtos vendidos Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas (a)	(1.812.041) (260.626) (92.653)	(1.380.211) (266.434) (91.525)	(1.814.589) (260.626) (93.923)	(1.383.287) (266.434) (93.150)
	(2.165.320)	(1.738.170)	(2.169.138)	(1.742.871)

⁽a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da Administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ordenados e salários Custos de previdência social Participação nos resultados	(73.584) (30.792) (10.966)	(76.179) (29.820) (899)	(74.886) (31.207) (10.966)	(77.577) (30.226) (899)
	(115.342)	(106.898)	(117.059)	(108.702)

b) Benefícios pós-emprego

Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica ao exempregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98, especialmente pelos artigos 30 e 31, assim como às disposições contratuais vigentes no Contrato Coletivo firmado. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria para avaliação do passivo atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à CVM nº 695, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados.

Em 28 de fevereiro de 2021 houve um evento especial que impactou fortemente o resultado do exercício e resultou numa importante redução do saldo do passivo atuarial. Trata-se de uma alteração no contrato do plano de saúde que antes era estruturado por preço médio e passou a ser estruturado por faixa etária, o que, entre outros impactos, acarretou na redução do número de aposentados no Programa, decorrentes da Lei nº 9656/98.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo atuarial líquido do plano de benefício definido foi mensurado no valor de R\$ 4.606 (2020: R\$ 20.484), em contrapartida de R\$ 13.330 (2020: R\$ 17.294), em outros resultados abrangentes. Consequentemente, no exercício de 2021 tivemos um efeito credor líquido de R\$ 11.914 referente ao custo do serviço corrente, custo do serviço passado e juros sobre obrigação atuarial (2020: R\$ 1.516 devedor).

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Benefícios pós-emprego (a)	12.498	-	12.498	-
Créditos extemporâneos (b)	5.044	23.821	5.044	23.821
Variação no valor justo das propriedades para investimentos (c)	1.490	(3.909)	1.490	(3.909)
Provisão / perdas em estoque	(4.947)	(7.072)	(4.947)	(7.072)
Contingências líquidas	(3.986)	(5.164)	(3.986)	(5.164)
Resultado na venda/baixa de ativos	(1.674)	(10.377)	(1.674)	(10.377)
Reversão / (provisão) de honorários de êxito	(783)	1.219	(783)	1.219
Outras receitas (despesas), líquidas	(2.727)	(4.230)	(2.208)	(27.413)
	4.915	(5.712)	5.434	(28.895)

- (a) Custo do servico corrente e passado decorrente de benefícios pós-emprego conforme Nota 25.b.
- (b) Refere-se a créditos extemporâneos de PIS e COFINS.
- (c) Variação no valor justo de propriedades para investimentos da unidade fabril localizada em Maceió, desativada em 2019.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	3.111	8.794	3.111	8.794
Variações monetárias e cambiais ativas	13.540	44.560	13.540	44.560
Rendimentos de aplicações financeiras	6.795	1.248	6.795	1.248
Outras receitas financeiras	6.737	2.470	6.969	2.588
	30.183	57.072	30.415	57.190
Despesas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(4.708)	(13)	(4.708)	(13)
Variações monetárias e cambiais passivas	(24.135)	(45.433)	(24.135)	(45.433)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(50.667)	(40.839)	(50.667)	(40.839)
Outras despesas de juros	(3.500)	(8.662)	(5.225)	(9.819)
Tarifas bancárias	(308)	(328)	(308)	(381)
Outras despesas financeiras	(7.587)	(7.944)	(7.650)	(7 <u>.</u> 951)
·	(90.905)	(103.219)	(92.693)	(104.436)
			-	
Resultado financeiro	(60.722)	(46.147)	(62.278)	(47.246)

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- Nível 1 Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2 Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantém contratos de "swap" registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do exercício.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros:

Controladora

	Controladora			
Valor c	ontábil	Valor	justo	
31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	
9.406	8.459	9.406	8.459	
85.147	54.555	85.147	54.555	
13.762	13.544	13.762	13.544	
192.145	130.597	192.145	130.597	
1.518	129.766	1.518	129.766	
301.978	336.921	301.978	336.921	
	9.406 85.147 13.762 192.145 1.518	Valor contábil 31/12/2021 31/12/2020 9.406 8.459 85.147 54.555 13.762 13.544 192.145 130.597 1.518 129.766	Valor contábil Valor 31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 9.406 8.459 9.406 85.147 54.555 85.147 13.762 13.544 13.762 192.145 130.597 192.145 1.518 129.766 1.518	

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Contro	ladora		
	Valor o	ontábil	Valor	justo	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Passivos financeiros: Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	179.585	474.823	205.124	456.179	
Debêntures	386.920	161.653	401.539	161.653	
Fornecedores	233.838	121.347	233.838	121.347	
Arrendamentos	24.624	33.949	24.624	33.949	
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	7.463	6.915	7.463	6.915	
Passivos financeiros derivativos Valor justo por meio do resultado	4.044		4 044		
Operação de "swap"	1.044	-	1.044	-	
	833.474	798.687	873.632	780.043	
	Consolidado				
		ontábil		justo	
A	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Ativos financeiros:					
Valor justo por meio do resultado	FF 667	07.700	FF 667	07 700	
Bancos conta movimento	55.667	27.789 54.682	55.667	27.789	
Equivalentes de caixa	85.169		85.169	54.682	
Aplicações financeiras	13.762	13.544	13.762	13.544	
Custo amortizado Contas a receber de clientes	192.804	130.839	192.804	130.839	
	210	127.887	210		
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	347.612	354.741	347.612	127.887 354.741	
	347.012	334.741	347.012	334.741	
Passivos financeiros: Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	179.585	474.823	205.124	456.179	
Debêntures	386.920	161.653	401.539	161.653	
Fornecedores	278.849	118.800	278.849	118.800	
Arrendamentos	24.624	33.949	24.624	33.949	
Passivos financeiros derivativos					
Valor justo por meio do resultado	1.044		1.044		
Operação de "swap"	871.022	789.225	911.180	770.581	
	8/1.022	/89.225	911.180	770.581	

b) Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, operações de *swap*, debêntures e empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos a seguir.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI, TJLP e IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia contratou uma operação do tipo swap para o saldo em aberto naquela data ref. à 5ª emissão de Debêntures, objetivando a troca da variação de 100% do IPCA (base 252 lin) mais taxa média prefixada por uma variação de 100% CDI (base 360 exp) mais taxa média prefixada.

		Valor justo			
31 de dezembro de 2021	Valor Notional (R\$)	Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	Resultado no exercício	
Inst. financeiros derivativos	242.726	-	1.044	(1.044)	
	Circulante	-	1.044		
	Não circulante	-	-		

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 1.044.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021 31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos de taxa fixa Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(26.331)	(89.104)	(26.331)	(89.104)
·	(26.331)	(89.104)	(26.331)	(89.104)
Instrumentos de taxa variável Ativos financeiros Equivalentes de caixa Aplicações financeiras	85.147 13.762	54.555 13.544	85.169 13.762	54.682 13.544
Passivos financeiros Empréstimos e financiamentos Debêntures Derivativos	(153.254) (386.920) (1.044) (442.309)	(385.719) (161.653) - (479.273)	(153.254) (386.920) (1.044) (442.287)	(385.719) (161.653) - (479.146)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/(redução) em %	Efeito no prejuízo antes da tributação
31/12/2021	(25%) (50%)	(10.175) (20.351)
31/12/2020	(25%) (50%)	(5.375) (10.749)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de *swap*, e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo não possui saldos em aberto de empréstimos em moeda estrangeira. Para as operações que venceram no primeiro semestre do ano o Grupo contratou operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. As operações consistiam na troca da variação cambial (Dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média prefixada de 3,78%.

		V	alor justo		
31 de dezembro de 2021	Valor Notional (R\$)	Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	F	Resultado no exercício
Risco de taxa de câmbio Inst. financeiros derivativos	20.000		_	_	(553)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 553 (31/12/2020: resultado positivo de R\$ 8.781).

Segue a exposição líquida do Grupo:

	Controlad	Controladora		olidado
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores estrangeiros	131.049	41.711	176.153	39.065
Exposição líquida	131.049	41.711	176.153	39.065

	Aumento/(redução) em %		ejuízo antes da Itação
		Controladora	Consolidado
31/12/2021	25%	32.762	44.038
	50%	65.525	88.077
31/12/2020	25%	10.428	9.766
	50%	20.855	19.532

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contava com 9 clientes (31 de dezembro de 2020: 6 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 40,20% (31 de dezembro de 2020: 35,17%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 66,69% (31 de dezembro de 2020: 69,25%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como "risco alto" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

Risco de crédito – tipo de cliente 31/12/2021 31/12/2020 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 31/12/2021 114.799 169.152 114.799 169.152 114.799 20.666 30.359 20.666 30.359 20.666 30.359 20.666 30.359 20.666 30.49 202.884 138.272 203.543 138.514 138.514 Consolidado Consolidado Risco de crédito – concentração de carteira 31/12/2021 % 31/12/2020 % Maior cliente 30.237 14,9 27.471 19,8 2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7 203.543 100 138.514 100,0		Contro	ladora	ora Consolidado	
Clientes – Varejo Outros clientes 30.359 3.373 20.666 2.807 30.359 4.032 20.666 3.049 Consolidado Risco de crédito – concentração de carteira 31/12/2021 % 31/12/2020 % Maior cliente 30.237 14,9 27.471 19,8 2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7	Risco de crédito – tipo de cliente	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Consolidado Risco de crédito – concentração de carteira 31/12/2021 % 31/12/2020 % Maior cliente 30.237 14,9 27.471 19,8 2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7	Clientes – Varejo	30.359 3.373	20.666 2.807	30.359 4.032	20.666 3.049
Risco de crédito – concentração de carteira 31/12/2021 % 31/12/2020 % Maior cliente 30.237 14,9 27.471 19,8 2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7		202.004	130.272	203.343	130.514
Maior cliente 30.237 14,9 27.471 19,8 2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7			Consol	idado	
2º a 11º maior cliente 55.672 27,4 32.454 23,4 12º a 50º maior cliente 43.202 21,2 29.236 21,1 Demais clientes 74.432 36,6 49.353 35,7	Risco de crédito – concentração de carteira	31/12/2021	%	31/12/2020	%
	2º a 11º maior cliente 12º a 50º maior cliente	55.672 43.202	27,4 21,2	32.454 29.236	23,4 21,1
	Domaio diomos				

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 42% (2020: 37%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores, os quais estão inseridos no grupo Clientes – Atacado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A prática da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamentos. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da Administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2021 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Também não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e exercício anterior.

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2021, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2020, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 40% e 50% e uma classificação de crédito BBB na escala de Standard and Poor's. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se apresentados a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2021	2020
Dívida líquida	412.951	540.461
Total do patrimônio líquido	577.002	572.978
Capital total	989.953	1.113.439
Índice de alavancagem financeira - %	42	49

29. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2021, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	Consolidado
	31/12/2021
Modalidade:	
Responsabilidade civil (a)	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	321.418
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos	
elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	270.816
	612.234

⁽a) Limitado a R\$ 10.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Controladora o

Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercío findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.



J. MACÊDO S.A. COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6

CNPJ: 14.998.371/0001-19 **NIRE**: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2022 – (1º/2022)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 11 de março de 2022, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENÇAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Amarílio Proença Macêdo (Presidente da Mesa); e Roberto Proença de Macêdo (Secretário da Mesa).

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2021"). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a totalidade dos Membros aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2021 e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: Amarílio Proença Macêdo (Presidente da Mesa / Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); Roberto Proença de Macêdo (Secretário da Mesa / Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); Bruno Macêdo Rosa (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); e Alexandre José Afexe (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco).



A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 11 de março de 2022.

AMARÍLIO PROENÇA DE MACÊDO

Presidente da Mesa Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

ROBERTO PROENÇA DE MACÊDO

Secretário da Mesa Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

BRUNO MACÊDO ROSA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

ALEXANDRE JOSÉ AFEXE

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco